



Diciembre 2017 - ISSN: 1988-7833

O DESCENTRAMENTO DO SUJEITO RURAL E AS NOVAS CATEGORIAS ANALÍTICAS DE PENSAMENTO NA CONTEMPORANEIDADE

¹ **José Augusto Carvalho de Araújo**

Universidade do Estado do Pará.
daylart@hotmail.com

² **Rodrigo Constante Martins**

Universidade Federal de São Carlos.
rmartins@ufscar.br

³ **Manoel Alves da Silva**

Universidade do Estado do Pará.
manoelalves42@gmail.com

⁴ **Renata da Cruz Paes**

Universidade do Estado do Pará.
contact.renatapaes@gmail.com

⁵ **Altem Nascimento Pontes**

Universidade do Estado do Pará.
altempontes@hotmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

José Augusto Carvalho de Araújo, Rodrigo Constante Martins, Manoel Alves da Silva, Renata da Cruz Paes y Altem Nascimento Pontes (2017): "O descentramento do sujeito rural e as novas categorias analíticas de pensamento na contemporaneidade", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (octubre-diciembre 2017). En línea:
<http://www.eumed.net/rev/ccss/2017/04/pensamento-contemporaneidade.html>

O presente trabalho objetiva analisar a transição entre o sujeito rural "centralizado" e "identificado" a um tipo de dominação que por décadas definiu os espaços e territórios, onde se configurava apenas atividades específicas, relacionadas ao uso da terra, predominantemente na agricultura, típico de uma sociedade rural tradicional. Entretanto, as novas interpretações levam a pensar outro tipo de sociedade com características moderna e industrial rural. Nesta nova ruralidade, o sujeito rural é difuso e muito pouco pode ser representado enquanto uma identidade fixa, por estar circunscrito às várias atividades rurais: agricultura, indústria, comércio, trabalhador livre, etc., que, por conseguinte é onde diversos sujeitos estão posicionados, diferentemente se continuarmos pensando a figura do agricultor em uma única atividade rural. Da mesma forma é correto afirmar que o mundo rural se encontra em crescente mudança em relação a estilos de vidas, modalidades de trabalho que se elaboram e modificam além dos seus horizontes. É notório que já no final do século XX a noção de modernidade para pensar as transformações no espaço rural havia de fato modificado. As novas formas de vida no espaço rural se encontram em transformações crescentes "referidas a estilos de vida, concepções do mundo, processos decisórios e modalidades de trabalho".

Palavras-chave: Novo rural. Transformações no espaço. Amazônia. Sociedade. Concepções.

¹ Doutor em Sociologia. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Pará.

² Doutor em Sociologia. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

³ Doutor em Sociologia. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Pará.

⁴ Mestranda em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Pará.

⁵ Doutor em Ciências Físicas. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Pará.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the transition between the "centralized" and "identified" rural subject to a type of domination that defined spaces and territories for decades, where only specific activities related to land use predominated in agriculture, typical of a traditional rural society. However, the new interpretations lead to think of another type of society with modern industrial and rural characteristics. In this new rurality, the rural subject is diffuse and very little can be represented as a fixed identity, because it is limited to the various rural activities: agriculture, industry, commerce, free labor, etc., which is therefore where several subjects are positioned, differently if we continue to think the figure of the farmer in a single rural activity. In the same way, it is correct to say that the rural world is under increasing change in relation to the styles of lives, modalities of work that are elaborated and modified beyond its horizons. It is notorious that by the end of the twentieth century the notion of modernity to think about transformations in rural space had indeed changed. The new forms of life in the rural space are in increasing transformations "referring to lifestyles, conceptions of the world, decision processes and modalities of work".

Keyword: New rural - Transformations in space – Amazon – Society - Conceptions

RESUMEN

En el caso de los países en desarrollo, la mayoría de los países de la Unión Europea (UE) y los países de la Unión Europea (UE) rural tradicional. Mientras tanto, las nuevas interpretaciones llevan a pensar en otro tipo de sociedad con características industriales modernas y rurales. En esta ruralidad nueva, o E MUY difusa y Sujeto rural POCO poder ser representado como Identidad Una sesed, siendo confinados, Rurales VARIAS Actividades: agricultura, industria, comercio, trabajador libre, etc, que, por varias estaño Donde Y posicionado Sujetos De forma diferente, continuaremos pensando en un agricultor en un solo medio rural. De la misma forma que es correcto, afirman que el mundo rural está cambiando en relación a los estilos de vida, modalidades de trabajo que fueron elaboradas y modificadas más allá de sus dos horizontes. Él observó que el final del siglo 20 no cambió la modernidad para pensar como transformaciones, y no el espacio rural cambió. Como nuevas formas de vida en el Espacio rural en crecientes transformaciones "refiriendo a los estilos de vida, concepciones del mundo, decisión Procesos y modalidades de trabajo" se encuentran.

Palabras clave: Nuevo rural -Transformaciones en el espacio - Amazonia – Sociedad - Concepciones

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo foi analisar a transição entre o sujeito rural “centralizado” e “identificado” a um tipo de dominação a partir de espaços, territórios, onde se configuravam as atividades específicas mais relacionadas ao uso da terra, baseado predominantemente na agricultura, típico de uma sociedade rural tradicional, para outro tipo de sociedade com características moderna e industrial rural. “O ambiente rural é o local onde ocorreu o início do desenvolvimento de vários povos e nações ao longo da história mundial” (PINTO et.al.,2014). Nesta nova ruralidade, o sujeito rural é difuso e muito pouco pode ser representado enquanto uma identidade fixa, por estar circunscrito às várias atividades rurais: agricultura, indústria, comércio,

trabalhador livre, etc. que, por conseguinte é onde diversos sujeitos estão posicionados, diferentemente se continuarmos pensando a figura do agricultor em uma única atividade rural.

Partiremos da obra de Afrânio Garcia Jr, Libertos e Sujeitos, onde é discutida a transição dos trabalhadores livres do Nordeste, que apesar de serem livres com a Abolição da Escravatura, há um pouco mais de um século, estavam sob a tutela dos Senhores, circunscritos em territórios dos donos dos Engenhos, transformadas em grandes fazendas, onde havia a figura de um sujeito ou trabalhador rural. Este sujeito está centrado e é identificado como morador/trabalhador rural, fixo a terra e mantido pelas trocas de favores dos Senhores, donos das terras (GARCIA JR, 1988; KAYSER, 1990).

Confrontando com a ideia de um sujeito centrado na terra, no meio rural, o rural também pode existir sem ser pensado apenas como território, mas como uma categoria de pensamento. Neste entendimento, Carneiro (2008) nos faz pensar sobre uma interccionalidade entre o espaço rural e o urbano. Fugindo do binarismo campo/cidade, rural-urbano.

O rural também pode ser compreendido como categoria histórica influenciada pela modernidade, pelas transformações, que se redefine, sem anular o que seja o campo e a cidade, que aponta para a emergência de uma nova ruralidade e não para o fim do rural. Neste sentido, utilizaremos também o texto da Wanderley (2000) que aborda a “emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo”.

O objetivo do presente trabalho foi fazer um estudo sobre o descentramento do sujeito rural e as novas categorias analíticas de pensamento na contemporaneidade, motivado pela emergência de uma nova ruralidade em tempos modernos.

2. A CIRCUNSCRIÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL: TRANSFORMAÇÕES E ESTRUTURAS ECONÔMICAS – UM EXEMPLO SIMPLIFICADO ENTRE AS OCUPAÇÕES E MODOS DE VIDAS ENTRE CIDADE E CAMPO

Neste primeiro momento é importante fazer um breve relato histórico sobre este processo de ocupação do espaço social, seja rural ou urbano/cidade ou campo. O mundo rural até 1940 representava 70% da população que lá residiam (GARCIA JR, 2002). Partiremos de duas análises a partir da configuração espacial e do sujeito rural situado em contextos distintos. Um rural marcado pela delimitação da terra e das relações sociais de produção bem definidas encarnada no trabalho, e outra, que descentraliza o sujeito, localizado a partir do parâmetro do uso da terra e do trabalho, considerando que se torna indivíduo livre, “sem trabalho”, mas continua ocupando o seu papel como mediador no campo a partir de outras definições, que talvez sempre estivessem presentes no espaço rural, mas ofuscado pela visão predominantemente estruturalista do mercado e da própria ciência, além da posse e exploração da terra ainda de forma mercantilista.

As análises de Castell (1995), abordando as Metamorfoses da questão social, citam as transformações nos últimos 30 anos na Europa no século XX e do surgimento de uma nova categoria social, provocado pelo desemprego em massa, em consequência da alta de preços do petróleo. O autor se refere às crises de 1973 e 1979. Este marco nos aponta para novas preocupações até então impensadas no que se refere à falência daquilo que Castell (1995)

denomina de “sociedade salarial” ou “sociedade do trabalho” que era marcada pelas relações sociais de produção a partir de um determinado processo histórico.

As grandes metrópoles surgem com a reestruturação do Estado nacional e a ampliação das suas áreas de intervenção, com a dinâmica da economia, com a aceleração da industrialização principalmente entre 1930 e 1980. Da mesma forma é correto afirmar que o mundo rural se encontra em crescente mudança em relação a estilos de vidas, modalidades de trabalho que se elaboram e modificam além dos seus horizontes. É notório que já no final do século XX a noção de modernidade para pensar as transformações no espaço rural havia de fato modificado.

As novas formas de vida no espaço rural se encontram em transformações crescentes “referidas a estilos de vida, concepções do mundo, processos decisórios e modalidades de trabalho” (GARCIA JR, 2002, p. 5-6). No final do século XX é perceptível a disputa pelas diversas interpretações sobre o mundo rural, pelo significado sobre o que seja a modernidade, para se pensar as relações no campo, ou o que seja o campo e a cidade. Esse emaranhado de atividades são expressões da agricultura familiar, agricultura empresarial, complexo agroindustrial, agronegócio, etc. Nesse sentido, o mundo agrícola deixa de ser pensado de forma coesa para dá espaço a outras formas de atividades, demonstrando a intensidade sobre a competição por terra, recursos financeiros, força de trabalho e, sobretudo, pela legitimidade de se designar o futuro das relações no mundo rural e das configurações cidade-campo (GARCIA JR, 2002).

Na França podemos exemplificar três tipos de evoluções possíveis que ocorreram no campo ao longo do século XIX e XX. Uma primeira hipótese é que as cidades permaneceram “rentistas” do solo, ou seja, dependentes da exploração das terras produtivas ou devolutas. Neste último caso, a terra servia apenas para a especulação. A outra hipótese é que as cidades cresceram juntamente com os seus parques industriais sem laço com o espaço rural, ou seja, a cidade se desvincula de uma proposta de desenvolvimento unificado, mostrando uma clara dicotomia entre o que seja a cidade e o rural. A terceira hipótese, talvez a menos provável, seria considerar os dois espaços (campo/cidade) visando um único desenvolvimento (JUILLARD, 1973, p. 7, citado por WANDERLEY, 2000, p. 93).

A questão não está somente em pensar o espaço enquanto território, mas de visualizar o deslocamento dos indivíduos constituídos historicamente a partir das suas representações, costumes, vidas coletivas, valores, etc. Neste entendimento, há de se pensar como o indivíduo pensa esta produção deliberada de conhecimentos sobre o homem do campo.

No caso brasileiro, o processo histórico dos trabalhadores rurais a partir dos anos 50 vai acontecer de forma preponderante a partir das agências de mediações, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento Sem Terra (MST) (MARTINS, 2000). O autor faz uma análise sobre a reforma agrária no Brasil e o papel do Estado.

A maior constatação de Martins (2000) é que ninguém falava a “mesma língua” naquele contexto em relação à reforma agrária. A reivindicação criada em torno da reforma agrária nos anos 50 por intelectuais, religiosos, sindicalistas, políticos, etc., surge fora da organização dos próprios trabalhadores rurais. O autor nos chama atenção que esta suposta luta é mais resultado

de um propósito ideológico de denunciar as injustiças sociais visando uma tentativa de transformação social, considerando ser mais uma demanda político-partidária dos movimentos sociais do que propriamente social, com a finalidade de transformar o meio rural.

Esta constatação no Brasil se dá principalmente pela ausência de debates entre ideias e projetos desses atores no campo. Nesse sentido, o pensamento de Martins (2000) nos leva a corroborar com a ideia que até aquele momento o sujeito rural estaria muito centrado em um território marcado por uma identidade fixa, pelo menos aos “olhos” dos cientistas sociais e da própria sociedade que quase sempre pensara este indivíduo de forma dicotômica e estruturalista, entre campo e cidade.

Segundo Martins (2000), geralmente o debate entre CPT e MST girava em torno de dados quantitativos, descritivos, analíticos. Estavam mais preocupados com a extensão de terras que seriam desapropriadas para reforma agrária, com o número de famílias que seriam beneficiadas pela desapropriação, com o volume de recursos que seriam aplicados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e administrados pelo Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A luta no campo passa a ser mais um ato político com parâmetros administrativos e burocráticos do que um projeto visando o desenvolvimento social.

Este conservadorismo no campo revela que nem a sociedade através dos movimentos sociais, nem o Estado através de uma política que pudesse recuperar o domínio do território perdido com a Lei de Terras de 1850 e nem os capitalistas (o grande empreendedor) conseguiram chegar a um acordo sobre os rumos do desenvolvimento no campo. Portanto, para que a Reforma Agrária saia do estado de “anomia” é preciso considerar o que pensam os trabalhadores rurais e a distinção que eles fazem entre a terra de trabalho e a terra de negócios, acompanhada de uma consciência social dos movimentos sociais, das classes médias e intelectuais.

O Estado acreditava que os principais obstáculos ao desenvolvimento dos países periféricos e de regiões atrasadas economicamente como a Amazônia devia-se a dois problemas básicos: “à insuficiência de capitais produtivos e de infraestruturas capazes de pôr em marcha novos investimentos” (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005, p. 77). Entre as principais atividades subsidiadas pelo Estado às grandes empresas, via Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Banco da Amazônia (BASA), com os incentivos fiscais ou isenção de imposto de renda, estão a pecuária, a extração madeireira, a mineração, atividades que, simultaneamente, requeriam grandes quantidades de terra e que geraram poucos empregos na região. Nesse sentido, já fica claro que a Amazônia nunca esteve por muito tempo em apenas uma atividade comercial. Dessa forma, “o governo federal abriu mão do dinheiro com o qual poderia modernizar as atividades tradicionais dos pequenos e médios produtores da região ou para investimentos sociais, como escolas, hospitais, estradas” (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005, p. 77-78).

Neste contexto, os conflitos agrários majoritariamente aconteceram entre os anos de 1970 e 1980. A terra pública, habitada secularmente por colonos, ribeirinhos, índios, caboclos em geral, foi sendo colocada à venda em lotes de grandes dimensões para os novos investidores, que as

adquiriam diretamente dos órgãos fundiários do governo ou de particulares, que geralmente eram revendidas como própria. O governo incentivava a especulação da terra, o que acabou gerando conflitos na luta pela terra entre posseiros, grileiros, fazendeiros, colonos, ribeirinhos, etc., (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005).

Desde os anos de 1960, tornaram-se comuns certas práticas que ainda hoje ocorrem objetivando a grilagem de terras, tais como: a venda de uma mesma terra à compradores diversos; a revenda de títulos de terras públicas a terceiros como se elas tivessem sido postas legalmente à venda através de processos licitatórios; a falsificação e a demarcação da terra comprada por alguém numa extensão muito maior do que a que foi originalmente adquirida, com os devidos documentos ampliando-a; a confecção ou adulteração de títulos de propriedade e certidões diversas; a incorporação de terra pública a terras particulares; a venda de títulos de terra atribuídos a áreas que não correspondem aos mesmos; a venda de terra pública, inclusive indígena e em áreas de conservação ambiental, por particulares a terceiros; o desmembramento de terras às margens das grandes estradas federais, que em anos anteriores haviam sido distribuídas em pequenos lotes para fins de reforma agrária a agricultores e a posterior venda dos lotes, já desmembrados, transformando-os em grandes fazendas de gado; e ainda, mais recentemente, a venda de terra pública pela internet como se os vendedores fossem seus reais proprietários, com base em documentação forjada (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005, p. 79).

O processo de superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão tratava-se de um movimento capitalista chamado de frente pioneira de ocupação do território, que beneficiava a grande fazenda, o banqueiro, o comerciante, o juiz, o cartorário, o Estado, etc., que passou em seguida para uma frente de expansão, que tinha como prática, expulsar e expropriar os trabalhadores rurais ocupantes de terras devolutas, principalmente os posseiros, que viviam de uma economia de base familiar e geralmente não possuíam nenhum documento que legitimasse a posse da sua terra. A partir dessas sucessivas frentes, pioneira e de expansão, foi que se estabeleceram os conflitos e a violência no campo (MARTINS, 1991). “A Comissão Pastoral da Terra (CPT) afirmou que dos 1.355 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, lideranças sindicais e religiosas, ocorridos no campo entre 1980 e 1993, no Brasil, 528 aconteceram no Estado do Pará. Destes, 239 ocorreram no Sul do Pará, representando quase a metade das mortes ocorridas no estado (PEREIRA, 2010, p. 11).

Segundo Martins (1989), os trabalhadores rurais ao ocuparem as terras onde trabalhavam e sustentavam suas famílias rejeitavam qualquer tipo de submissão alicerçados na propriedade da terra, o que acabava gerando conflitos inconciliáveis. Ao lutarem pelo direito à terra, confrontavam-se com a estrutura fundiária e política brasileira sobre o uso e apropriação das terras, estabelecendo uma relação conflitiva com a propriedade defendida pelo Estado e os pactos políticos que os sustentavam.

No período pós-1960, observou-se um crescente engajamento da população rural em atividades não-agrícolas desenvolvidas no campo ou nas cidades, na grande maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com isso, as ocupações não-agrícolas passaram a ter um peso cada vez maior na renda dos residentes e das famílias rurais.

Especificamente no Estado de São Paulo, a demanda de mão-de-obra na agropecuária apresentou queda ao longo dos anos 90, devido à incorporação de modernas tecnologias disponíveis para os agricultores, principalmente aquelas destinadas às operações de colheita e pós-colheita e à queda da área cultivada em importantes culturas.

Na área rural, especificamente, o viés para a população residente foi encontrar ocupações fora da agricultura, no próprio campo ou nas cidades. Esse movimento ganhou tal magnitude no Estado que, no final dos anos 90, mais de 50% da População Economicamente Ativa (PEA) com residência rural ocupava-se em atividades não-agrícolas (569 mil pessoas, em 1998). No período 1992-97, houve uma inversão a favor das ocupações não-agrícolas, em detrimento das agrícolas, culminando com a maior ocupação dos residentes rurais nos mais diversos ramos da atividade econômica (BALSADI, 2000).

Segundo Santos (1999), a espacialidade da sociedade é parcialmente criada pelo desenvolvimento das forças capitalistas e pela sua reprodução no espaço social. Produz-se desta forma a fragmentação e a homogeneização dos espaços na forma de mercadorias a partir de uma lógica global cada vez mais organizada pelas cidades, espaço este onde há maior dedicação para o desenvolvimento da técnica, da ciência e da informação. Desta forma, ocorre a interiorização da indústria e a modernização do espaço que outrora era denominado de campo ou área rural.

Por outro lado, Trindade Júnior e Tavares (2008), analisam as transformações na estrutura da cidade onde não nos permite pensar apenas na urbanização da população e no crescimento das cidades e vilas, mas principalmente, no sentido da urbanização e no seu plano territorial, o que pressupõe considerarmos a difusão da vida na cidade como modo de vida – “urbanização da sociedade”.

A ocupação das orlas das cidades por empresas, instituições, residências, portos e trapiches, é responsável pelo processo de privatização desse espaço, que acabou limitando a população de ter o acesso aos rios. Entretanto, já existem alguns projetos de infraestrutura portuários ou através das Instituições públicas revitalizando alguns espaços à beira rio e ajudando desta forma, a recompor a relação da cidade com os cursos das águas, característica da cidade ribeirinha. Ressalta-se que este tipo de iniciativa ainda é muito tímido, considerando a característica do País, cercado por rios e lagos.

O espaço é um sistema de coisas relacionadas, interligadas entre a natureza e a sociedade, mediadas pelo trabalho, que se estabelece em um território circunscrito (SANTOS, 1996). Neste entendimento, a cidade como um espaço social é marcado por contradições, por conflitos de um Estado republicano que surge difuso, engendrado por acordos políticos, aportado em um contexto de transição do velho mundo para o novo mundo, mas com traços arcaicos.

Os espaços de vivências ribeirinhas, por exemplo, possuem como características comuns relações sociais que definem o rio como um meio de vida e por apresentarem elementos simbólicos que os configuram como espaços onde acontece a reprodução da vida social. Neste sentido, são representações de um espaço urbano, que transparece o valor de uso, elemento que dá sentido ao direito à cidade, segundo (LEFEBVRE, 2001).

Para os ribeirinhos, os ciclos das águas, das cheias e vazantes, permaneceram sem alteração respeitando inclusive as estações do ano, principalmente as duas principais, o inverno e o verão, típicas desta região de clima temperado da Amazônia legal. Entretanto, o ribeirinho passou a conviver com uma formação de cidade com todas as suas contradições da modernidade.

Apesar de todo o processo de crescimento das cidades, o modo de vida dos ribeirinhos na contemporaneidade está relacionado de alguma forma com a hidrografia, ao território das águas. Portanto, a compreensão do que seja o ribeirinho está associada à água e à pesca.

Em alguns casos, as áreas que ficam nas margens da cidade são marcadas pelo viver ribeirinho, pelas vivências e trocas de experiências ou por relações de amizade estabelecidas, pois são espaços que têm existência própria, e são expressões sociais ribeirinhas em múltiplas formas do viver na cidade (LEFEBVRE, 2004). Modos de vida que são estabelecidos entre os citadinos e o rio, seja este tratado como via de transporte de importância fundamental, seja, este considerado como fonte de recursos econômicos e de subsistência, seja ainda, como um referencial simbólico intrinsecamente relacionado à vida do homem Amazônico que habita a cidade (TRINDADE JR., 2002, p. 137).

O comportamento social do ribeirinho da cidade expressa de fato toda uma cultura adquirida pelos ancestrais indígenas e pelas práticas adquiridas ao longo de décadas que foram acumuladas e aprimoradas através da convivência com os rios da região. Há um enunciado "original" na ideia de ser ribeirinho na fala do Sr. Divino Rogério, líder do movimento de ribeirinhos. A originalidade está no fato simples de pescar, andar de canoa, de caçar e por estar na margem do rio, mesmo que de forma apenas contemplativa.

As variações nos níveis de água dos rios têm consequências importantes para a população que vive na Amazônia. É na vazante, quando o nível é mais baixo, que a pesca é mais produtiva, tendo em vista que há uma diminuição no volume das águas e, por conseguinte, uma redução no espaço de circulação dos peixes. Trata-se de atividades relacionadas à pesca artesanal para sua subsistência ou vinculadas à plantação e colheita de hortas, com artefatos construídos por eles próprios. A pesca artesanal é responsável por aproximadamente 50% da captura, os outros 50% resultam da pesca industrial (DIEGUES, 2002).

Ao chegarmos às cidades ribeirinhas da Amazônia de barco, nos deparamos com um porto, um cais ou um trapiche quase sempre improvisado, e temos a impressão de que tudo é transitório, nada é perene, tudo é inacabado e precocemente deteriorado. É neste local, aonde se chega e de onde se sai, que temos a possibilidade de entender a dinâmica da cidade ribeirinha, pois o porto é o espaço intermediário entre o rio e a floresta; é onde temos a compreensão daquilo que tem na cidade e do que não tem. A cidade é a fronteira de diferentes mundos que nos possibilita várias leituras de espaços-tempos diversos (OLIVEIRA; SHOR, 2008).

O contato com a sociedade urbana tem levado as populações locais tradicionais a muitas mudanças. A transformação que vem ocorrendo com o modo de vida indígena, por exemplo, apoia-se muitas vezes em uma lógica citadina, mas que ao mesmo tempo mantém algumas especificidades da cultura indígena; desta forma, outra identidade vem sendo reconstruída, uma identidade híbrida, complexa.

Da mesma forma podemos concluir em relação ao modo de vida ribeirinho:

Os ribeirinhos em questão estão incluídos dentro da noção que Williams (1992) desenvolve sobre as “culturas populares”. Eles construíram um modo de vida integrado pela agricultura e extrativismo vegetal ou animal, vivendo em função de produtos da floresta, dos rios e das terras molhadas da várzea amazônica. Uma cultura de profundas relações com a natureza, que perdura, consolida e fecunda o imaginário desse conjunto social, isto é, no âmbito de uma “cultura híbrida” com relação aos cânones urbanos, o caboclo busca desvendar os segredos de seu mundo, recorrendo a mitos, lendas, plantas medicinais, rezadeiras, assim como ao trabalho, ao labor e ao lazer; onde o homem viveu e ainda vive, em algumas áreas de forma tradicional, alimentando-se de pratos típicos, celebrando a vida nas festividades e danças originais, banhando-se prazerosamente nas águas dos rios e das chuvas, curando-se de suas doenças com as plantas e ervas das florestas (WITKOSKI, FRAXE & MIGUEZ, 2006, p. 2).

Entretanto, é importante compreender dois contextos distintos, antes e depois da década de 1960, isto porque os rios passam a ter mais ou menos importância dependendo do contexto; da mesma forma seguiram as mudanças no modo de vida ribeirinho.

Se tiramos como exemplo o Município de Marabá, no sudeste Paraense, vamos constatar que os rios serviam para o escoamento da produção extrativista até meados do século XVIII, tornando-se posteriormente o principal meio para o transporte da goma da seringueira e da castanha do Pará, até meados do século XIX. Antes do desenvolvimento, da chegada dos grandes projetos na região de Marabá, por volta de 1960, os ribeirinhos estabeleciam um comportamento com os rios de várzeas, ou seja, nas cheias e vazantes, as casas quase todas eram de palafitas ou flutuantes. Uma característica peculiar em relação ao modo de vida ribeirinho antes de 1960 é que ele se fazia mais presente em um contexto de águas durante todos os meses do ano, isto porque o desenvolvimento das cidades em forma de aglomerados ainda era incipiente.

As representações culturais das águas variam conforme as culturas, as religiões, o *habitat* em que se desenvolveram, dependendo da maior ou menor disponibilidade e sazonalidade. As comunidades ribeirinhas Amazônicas e pantaneiras vivem conforme as cheias e vazantes, expandindo sua vida social durante o período de estiagem e restringindo-a durante a subida das águas (DIEGUES, 2009).

Para que possamos conhecer este espaço social é preciso analisar os processos de mudanças, as estratégias de vida e as dimensões objetivas e subjetivas do espaço de convivência do ribeirinho da cidade com as suas relações sociais cotidianamente.

Para Jurandir (1994), a relação existente entre o homem e os elementos da natureza, tais como o rio e a floresta, são os ambientes que revelam a imaginação do homem Amazônico, uma vez que esses espaços construídos pelos próprios ribeirinhos, com a ajuda da natureza, são os espaços das suas experiências, sendo também o lugar onde buscam prover sua sobrevivência. Daí, Loureiro (2000) considerar o romancista paraense Dalcídio Jurandir um dos primeiros a introduzir a paisagem das cidades Amazônicas nas suas obras literárias e na literatura brasileira moderna, utilizando-se de simbolismos, de signos e da cultura do espaço construído. Trata-se de um espaço não apenas mensurado pela sua grandeza e por seu tamanho, mas pelo que é vivido e experimentado pelos grupos sociais que lá se reproduzem.

A narração de seu próprio modo de vida e identidade oferece um referencial de signos que permite à memória da personagem localizar pontes, “realizar travessias, distinguir variações do verde da floresta, identificar direções, vencer a escuridão e alcançar o destino desejado, nos limites do espaço conhecido” (VIDAL, 2008, p. 23).

A relação cultural estabelece o *modus operandi* do ribeirinho, que necessita retornar ao seu local de origem, pois é nas margens dos rios que a cultura acontece, assim como todas as manifestações religiosas e folclóricas. Da mesma forma podemos dizer que o ribeirinho carrega consigo aspectos culturais que o identificam como um ribeirinho, outros elementos também fazem parte deste contexto.

As suas práticas ritualísticas e o modo de vida nos fornecem elementos sobre a forma cultural que foi construída socialmente ao longo do tempo. Também é possível se fazer uma análise considerando toda a estrutura e as relações sociais de produção de sociedades passadas, identificando vestígios desses modos de vida e as transformações e mudanças que foram capazes de ser incorporadas no modo de produção atual.

3. O RURAL E O URBANO: RELAÇÕES DE DOMÍNIOS E PODER

Garcia Jr. (1988) mostra a legitimação das relações de poder que vai se concretizar a partir do valor moral dos moradores em relação aos Senhores de Engenho que se dava pela tradição, como um pacto entre o dominante e o dominado, compreendido pelos favores prestados pelos donos dos engenhos ao permitir a morada e o trabalho simultaneamente. Tanto para Thompson como para Afrânio há uma experiência sobre a(s) classe(s), onde não dá para separar, a objetividade da subjetividade, vivenciada pelas classes. Portanto, tratava-se de uma dívida moral que não podia ser quitada.

O texto nos leva a compreender as relações de dominação dos Senhores de Engenho em relação aos moradores, na busca da legitimação política de um campo de poder a partir das relações pautadas na tradição. O autor situa o *status* político adquirido pelos Senhores de Engenho nas relações de poder que lhes garantiam o reconhecimento em vários campos de atuação (economia, religioso, família, etc.). Portanto, há um espaço bem definido e circunscrito, onde o sujeito rural está situado de forma centrada.

A compreensão das formas específicas de gestão da grande plantação tradicional é, sem sombra de dúvidas, fundamental para que se entenda sua durabilidade ao longo do século XX; mas não menos importante é se atentar para o trabalho político das elites agrárias, desde o final do século XIX.

Freyre (1933) mostrava como nas áreas rurais mesmo após a abolição da escravatura em 1888 os domínios do poder continuavam a operar na área econômica, religiosa, cultural e política, como um princípio ordenador do mundo social. Práticas que se reproduziram mediante fatores atrasados e arcaicos, que ainda se faziam presentes nesta nova configuração da “modernidade”. Talvez por isso que indubitavelmente havia a necessidade de um território e de relações sociais bem definidas, com fins a reproduzir os papéis desta sociedade moderna e as representações sociais estabelecidas sobre o uso e exploração das terras.

Neste entendimento, as relações eram mais pessoais e duradouras. O trabalhador era mais dependente economicamente e moralmente, pela necessidade material ao solicitar abrigo ao Senhor do Engenho, os trabalhadores rurais circunscreviam o território do Senhor do Engenho, a casa de morada era o espaço onde viviam esses trabalhadores. Este contexto é importante para entendermos o que a terra como território representava até o século XX.

Elas supõem efetivamente que haja contratos, ou melhor, acordos de vontades de personagens distintas, acordos entre indivíduos formalmente "livres e iguais" diante da lei. No entanto, ante a brutal assimetria entre os parceiros, esses contratos individuais instituíam de forma duradoura a submissão de famílias de trabalhadores às vontades dos proprietários. Ao "pedir morada" (PALMEIRA, 1976), um chefe de família exibia ao senhor de engenho que se encontrava destituído das formas elementares para assegurar a subsistência do seu grupo doméstico: nem dispunha de casa-de-morada para abrigar os seus, nem possuía terras para trabalhar e fazer trabalhar seus familiares para obter o sustento. Assim, muito além de um acordo de vontades entre "iguais diante do direito", o ritual de solicitar abrigo em grande domínio rural enfatizava a dissimetria entre o patrão que acolhe um novo cliente e o indivíduo que se desqualifica como homem ao pedir apoio e proteção: ao entrar na propriedade, todo chefe de família contraía de imediato uma dívida moral com o proprietário, que ultrapassava de muito o valor material dos elementos de vida que era provido pelo novo patrão (GARCIA JR, 2002, p. 9).

Percebe-se que o indivíduo ainda estava personalizado na figura de um personagem que dependia das relações sociais entre o trabalho e o patrão. Do contrato moral. Tratava-se de uma dominação consensual, compartilhada de interesses, de um simbolismo muitas vezes fora das relações capital e trabalho. Esta individualização perdurou por todo o século XIX e parte do século XX. Somente no século XXI com as novas práticas adotadas e sofisticadas do capital industrial é que percebemos um Descentramento ou se acharmos mais apropriado um deslocamento desse trabalhador que se encontrava no campo, onde muitas vezes era identificado apenas às atividades agrícolas. Sem dúvida alguma nos séculos passados o indivíduo rural necessitava muito mais do espaço territorial como uma identidade marcada pelas relações sociais de produção mais tradicionais, onde a terra era um bem fundamental para o desenvolvimento de tais práticas.

O personagem principal deste mundo rural é o camponês, cuja atividade e modo de vida constituem o núcleo central da sociedade assim constituída. Outros personagens, como os artesãos e toda a gama de "mediadores, convivem com os camponeses, assegurando, através de uma certa divisão social do trabalho, a reprodução da autonomia relativa da coletividade local. Uns e outros tem como referência identitária a própria comunidade rural. Assim, tradicionalmente, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural e os agricultores, mesmos habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural (WANDERLEY, 2000 p. 91).

Pensar o rural como categoria de pensamento de uma nova era não é esquecer outras atividades exercidas por trabalhadores até então consideradas do passado, a partir de uma cultura coletiva, a exemplo do agricultor, do extrativista, do coletor, etc., mas considerar um entrelaçamento de atividades que acontecem ao mesmo tempo no espaço rural ou que sempre estiveram presentes, mas que acabaram não sendo objeto de análise de pesquisadores sobre o espaço rural.

Os novos atores sociais estão procurando e explorando oportunidades para obter ganhos com o desenvolvimento das novas atividades nessa nova configuração do rural, além disso o

planejamento e a definição de políticas públicas são fundamentais para direcionar esse processo e definir os direitos e usos da terra no meio rural. Se não houver uma regulação que seja capaz de definir os novos rumos do meio rural, esse processo pode acabar beneficiando apenas alguns atores sociais. É preciso pensar o desenvolvimento de forma integrada, visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

O rural sempre foi pensado fora de um contexto mais global apesar de se acharmos ingenuamente que a globalização seria capaz de unificar a cultura, os valores, os costumes de uma região a uma lógica de mercado sofisticada e hegemônica. Como se uma atividade anulasse outra vindoura, sem fronteira. É verdade que o capital se aprimorou em todos os setores, e na área rural não poderia ser diferente, mas não podemos concordar com as análises de que o capital criou um rural imaginário, sem história, sem indivíduos. Um rural que apenas serve de fronteira de reserva natural para as cidades, definido como o urbano civilizado.

A modernização da agricultura reforçou esta dependência da produção agrícola aos insumos industriais, mais presentes nas grandes cidades. O modelo de desenvolvimento agrícola passou a funcionar a partir de uma lógica produtivista integrada a uma complexa economia de mercado. Por outro lado, sabe-se que as consequências desta revolução cultural global não são nem tão uniformes nem tão fáceis de serem previstas da forma como sugerem os 'homogeneizadores' mais extremados.

Segundo Duby (1973, p. 11), citado por Wanderley (2000, p. 92), durante séculos, entre o campo e as cidades na Europa Ocidental, o motor da história estava no meio rural e as cidades se desenvolveram como "parasitas tutelares", contexto que expressava a dependência urbana em relação ao dinamismo da economia oriunda do campo. Com o passar do tempo, o acúmulo desses poderes inverteu a relação, no sentido de que as cidades se tornaram hegemônicas, com grande concentração de atração e poderes e, inversamente, o campo acabara se tornando subordinado e dependente.

Esta história pré-determinista, estruturalista, que ofuscava o indivíduo em nome da estrutura, tinha como único objetivo estabelecer uma relação de dependência do rural em relação ao urbano. O rural sempre fora considerado atrasado pelo capital, que passa a se apoiar em uma classe econômica mais heterogênea a partir do século XIX, com valores da livre iniciativa de mercado. Entretanto, esta mesma classe também passa a ter características mais hegemônicas em relação ao modelo de pensamento político, no qual sempre predominou o interesse do capital em grande escala. E para isto acontecer seria imprescindível a modernização da agricultura. Entretanto, não há uma preocupação emergencial sobre as consequências dessas explorações predatórias.

O processo deve ter como princípio estabelecer um novo saber ambiental capaz de suportar a produção social com os seus efeitos. Entendemos que este processo seja dialético por estarmos diante de diferentes interesses de classes sociais, mas, além disso, acreditamos que possa haver um acúmulo de conhecimentos como modo de reordenar novas formas de exploração respeitando a cultura ribeirinha, a preservação ambiental, as práticas de manejo do solo, o respeito ao ecossistema, a preservação dos mananciais, etc. A preservação da cultura ribeirinha,

portanto, deve ser um elemento importante para a formação da identidade de populações tradicionais na Amazônia.

4. O INDIVÍDUO RURAL COMO CATEGORIA DE PENSAMENTO NO SÉCULO XXI

A Sociologia ou Ciências Sociais estava mais envolvida com uma análise estrutural ou estruturante da sociedade e dos indivíduos, enquanto atores sociais constitutivos e pertencentes a esta estrutura. Sobre o rural não foi diferente, o campo de discussão estava centrado em um campo ideológico predominantemente marxista. Da mesma forma em relação à Ciência. Os estudos da Antropologia sempre estiveram imbricados com uma análise estrutural-funcionalista (Norte-americana), e por isso, também foi muito criticada. Só foi possível se pensar em uma nova direção mais socializadora a partir das décadas de 50, 60 e 80 do século XX com a questão ambiental em discussão. Para os Pós-Coloniais é neste período que o marxismo perde força por não dar mais resposta a uma demanda cada vez maior sobre o indivíduo.

Hall (2002) situa o sujeito pós-moderno e elenca alguns avanços pós 2ª Guerra Mundial: o marxismo estruturalista na obra de Althusser que se propõe a fazer um corte na obra do Marx, influenciando avançar em uma perspectiva do indivíduo e não mais apenas do coletivo; outro exemplo foi o da linguística estruturalista de Saussure ao pensar que a língua é um sistema social, logo só podemos pensar quem sou eu se existir o outro. Assim como, a análise foucaultiana, de que quanto mais se constrói controle sobre a mente coletiva, também vão surgir novas formas de se expressar a individualização, que se deslocam na estrutura; e por fim, o avanço dos movimentos sociais na década de 1960, mais especificamente em 1968, que passam a discutir e se posicionar sobre o feminismo, o movimento negro e sobre questões relacionadas a gênero, sexualidade, cultura, etc., além dos Saberes Subalternos, que se contrapuseram aos saberes produzidos nas Universidades, por criticarem a ciência produzida, por quase sempre estarem do lado do poder constituído oficialmente.

O sujeito do Iluminismo é o sujeito “autocentrado” (individualização do sujeito), ao contrário o “descentramento” aqui proposto é uma mudança estrutural que passa a estar presente na Pós-modernidade. Portanto, o “Sujeito” na Pós-modernidade não seria um sujeito “unívoco”, homogêneo, mas seria disperso, circunstancial, heterogêneo.

Segundo Hall (2002), o arcaico entendimento da identificação de um indivíduo que sempre fora pautado num essencialismo ou em um modelo fechado, estruturado, passou a ser questionado; principalmente a partir do final do século XX e início do XXI. Os binarismos, entre campo e cidade, rural e urbana, desenvolvimento e subdesenvolvimento, centro e periferia, etc., passaram a não mais se sustentarem nos discursos hegemônicos da modernidade.

O meio rural deixou de ser apenas centrado na agrícola e passou a ser o local de atividades que eram tipicamente urbanas. Segundo Baptista (1994) citado por Basaldi (2001), o declínio da agricultura nas atividades e ocupações no espaço rural foi substituído pelo surgimento de funções não-agrícolas, tais como os aspectos ambientais e de conservação à natureza, o lazer e o turismo, a caça, a pesca entre outras atividades.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as Sociedades modernas no final do século XX e início do XXI que, conseqüentemente, está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado nos tinham fornecido sólidas certezas sobre os indivíduos sociais.

Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de “um sentido em si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentramento do sujeito. Foi a partir destes conceitos pós-estruturalistas que é importante pensar esta análise sobre os espaços, como uma forma de desconstruir o binarismo, a identidade fixa, a ideia estruturante, dando espaço para o deslocamento, à interccionalidade, à dúvida quanto a organização do homem no campo. Em relação a atividade no campo também há uma nova configuração que tem haver com a crise da agricultura no mercado internacional.

Esses fatos têm como consequência uma significativa redução da rentabilidade na atividade agropecuária, o que também contribui para a busca de outras fontes de renda familiar. Segundo Buttel (1990), a crise internacional na agricultura manifesta-se por uma série de fatores, além da tendência da queda dos preços das *commodities* e da conseqüente redução no valor da produção agropecuária e na renda dos agricultores: maior endividamento dos agricultores; diminuição no preço das terras e demais ativos rurais; e liquidação de ativos por parte dos agricultores endividados. Para vários países, deve-se, ainda, adicionar as altas taxas de juros reais e as crises e desmontes dos instrumentos de política agrícola. Considerando-se tudo isso em momentos de crise econômica mundial, com baixa demanda externa por produtos agropecuários e constantes aumentos na produção mundial de alimentos em função dos avanços tecnológicos, tem-se, de fato, um cenário muito desfavorável para a melhora da renda dos agricultores, principalmente daqueles dos países em desenvolvimento, que ainda encontram fortes barreiras protecionistas no mercado interno dos países desenvolvidos (Europa, EUA e Japão). Além disso, alguns autores (Goodman e Redclift, 1990; Tubiana, 1985) constataram que, desde a formação do mercado mundial de *commodities* no final do século XIX, a instabilidade dos preços agrícolas é a regra e não a exceção. Durante o século XX, Tubiana (1985) observa que houve apenas um período de excepcional estabilidade dos preços agrícolas, entre 1956 e 1972. Essa fase foi marcada pela integração e interdependência dos sistemas agroalimentares, como resultado da própria internacionalização da produção e acumulação da economia mundial. (BALSADI, 2001 pag. 4-5)

Desse modo, uma “crise de identidade” começa a acontecer e o que era fixo, estável, a exemplo do pensamento quase hegemônico de que no século XIX nos deparávamos apenas com trabalhadores agrícolas no campo é deslocada para o campo da imprevisibilidade e da incerteza nos séculos XX e XXI, inclusive sobre a organização social rural do passado, que sempre fora legitimado como atrasado. As ideias essencialistas ou essencializadas sobre o homem do campo começam a abrir espaços para as fragmentações e interpenetrações dos contatos culturais.

Hall (1997, p. 8) também passa a discutir na 2ª metade do século XX “o impacto das revoluções culturais sobre as sociedades globais e a vida cotidiana local”, mais especificamente a partir dos anos 1960 quando acontece a “virada cultural”, no qual passou a fazer parte de forma mais significativa da vida intelectual e acadêmica. Esta ideia vai estar relacionada à Centralidade da Cultura pensando a constituição da *Subjetividade*, da *Identidade*, portanto, dos indivíduos fazendo parte constitutiva desta sociedade, que antes fora pensada apenas de forma verticalizada.

O amplo poder analítico e explicativo que o conceito de cultura adquiriu na teorização social passa a ser uma variável importante no novo milênio, considerando que toda ação social é

“cultural”, e que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado, e, neste sentido, são práticas de significação. Isto se relaciona à centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade da pessoa como um ator social, que não pode ser desconsiderada sob pena de criarmos uma história rural sem os personagens principais, os trabalhadores rurais.

No século XX a experiência vivenciada pelo indivíduo passa a sofrer influência externa de forma “negativa”, em virtude da presença das instituições sociais, da estrutura, dos discursos hegemônicos, que passam a ser determinantes nas vidas das pessoas, o que acabou excluindo a experiência dos sujeitos, deixando de considerar as suas falas, suas diferenças e o que produzem ou produziam como conhecimento. Portanto, a conclusão a que chegamos é que, documentar a experiência das pessoas é uma questão de método, como pensa Scott (1998). É neste contexto que devemos pensar o rural; a partir das experiências vivenciadas pelos trabalhadores rurais. Neste entendimento, a centralidade da cultura é fundamental para compreendermos o comportamento social do homem do campo, de forma mais crítica e contextualizada.

A forma de intervir na cultura e sentido de viver do outro através da alteridade e de uma ambivalência criada no senso comum, tanto de quem orienta como de quem é orientado, são formas redutoras da história, são abstrações criadas que acabam afastando as pessoas das experiências humanas concretas para conduzi-las ao campo da ficção ideológica, que tem por finalidade a conquista e a dominação.

Esta tem sido a história do urbano em relação ao rural nas últimas décadas e que sempre fora reproduzido pela ciência através da academia, representada pelos intelectuais.

O olhar direcionado à identidade cultural do trabalhador rural suscita novas interpretações, que trazem consigo uma fragilidade inerente ao que seja o espaço rural no século XXI. Daí a importância de se passar a pensar em uma realidade misturada, híbrida, que está em um eterno processo de formação e transformação.

São modos de viver que se convergem no espaço amazônico, cuja dimensão é a ribeirinha e a urbana, onde caracteristicamente estão presentes os padrões de consumo, as maneiras de viver e as novas formas do uso do tempo, mas que também estão presentes outras temporalidades residuais, contrárias da lógica do capital. Mas o que seria o espaço como *locus* do processo de transformação no decorrer do processo histórico? O espaço seria lugar da manifestação do vivido, das práticas imediatas, do sonho, dos prazeres, dos resíduos irreduzíveis que se movem contra um tempo e um poder hegemônico, são necessidades e possibilidades contidas nas utopias sociais (SOUZA, 2009:170).

Sempre houve notoriamente uma dificuldade de diálogo entre a antropologia rural e a sociologia rural. A discussão sobre o campesinato vem mais do modelo europeu (sociologia rural) e a discussão sobre populações tradicionais tem a ver com questões que envolvem a cultura do trabalho, portanto da antropologia rural. Por outro lado, o tema sobre as novas ruralidades está relacionado com dois fenômenos empíricos: o aumento da população rural nos últimos anos e a introdução da temática ambiental a partir da década de 1980 e 1990. É neste contexto que a agricultura passa a ser ressignificada a outro padrão de produção industrial.

A sociologia rural deixa de ser pensada a partir do valor da terra e passa a ser interpretada como um espaço em constante transformação, heterogênea, difusa, diversificada. Portanto, o rural pode existir ou não como território. Para os marxistas, a centralidade ainda está no modo de trabalho, principalmente na agricultura, enquanto que, as novas ruralidades escapam da ruralidade.

Carneiro (2008) analisa que a localidade é o território que fixa o indivíduo rural. Para esta autora, deve-se pensar o rural como categoria de pensamento com o objetivo de nos levar a pensar que este indivíduo não está preso apenas há uma prática de trabalho e nem somente a um único lugar.

Da mesma forma, como há uma interccionalidade no espaço rural há também uma pressão discursiva sobre o processo de globalização que tenta homogeneizar o espaço rural, impondo uma cultura global através da dinâmica de um polo industrial a serviço do capitalismo.

Se pensarmos o ambiente amazônico como uma forma de diferenciarmos este indivíduo rural do urbano vamos constatar que o modo de vida dos ribeirinhos está relacionado de alguma forma à hidrografia, ao território das águas, como determinante na formação cultural do caboclo e no modo dele se relacionar com o ambiente na várzea, como formas de estratégias adaptativas de sobrevivência entre as cheias e as várzeas. Por isso é importante entender a dinâmica geomorfológica do rio para entender a várzea, e, portanto, a cultura do ribeirinho, do homem do campo.

A dinâmica da geografia física na Amazônia não é fixa ou centralizada como um território estável, considerando que o ribeirinho ganha e perde terras o tempo todo, pois depende diretamente das cheias e secas provocadas pelos fenômenos físicos e sociais ao longo do ano. Consequentemente, o ribeirinho não pode ter uma identidade fixa a terra, circunscrito a um território.

O que predomina na várzea é o trabalho polivalente em tempos de seca e não somente a pesca como a única atividade principal do ribeirinho, mas outras atividades paralelas são percebidas naquele espaço, quando a pesca não pode ser praticada devido ao período da vazante. Portanto, o tempo do trabalho e o tempo de produção têm uma relação direta com o próprio tempo ecológico para o ribeirinho (WITKOSKI, 2007).

Essas variáveis da cultura do indivíduo rural estão fora da lógica do capital, são representações sociais alternativas na visão da modernidade que não são levadas em consideração, mas essas práticas sempre estiveram presentes no meio rural, mas foram formas negligenciadas e poucas discutidas pela academia, pela ciência. Em última instância, estiveram obscurizadas pelas práticas dominantes que hegemonicamente sempre sustentaram as relações do capital e trabalho no meio rural. Nesta lógica, o etnoconhecimento, como um conhecimento tradicional, foi desvalorizado na Amazônia pelo racionalismo moderno, de forma verticalizada.

As novas estratégias estabelecem uma ordem econômica e social, e, portanto, necessitam inexoravelmente de um conjunto de conhecimentos que são transmitidos pela experiência acumulada. Por essas formas de sociabilidade, os grupos sociais que vivem e experimentam determinada realidade acabam desenvolvendo novas estratégias, que, segundo Bourdieu (1979), surgem devido à capacidade do sistema econômico de se expandir e de ser movido por uma racionalidade.

No interior do campo acontece uma dinâmica de concorrência e dominação derivada das estratégias de conservação ou subversão das estruturas sociais. Como em todo campo, a distribuição de capital é desigual; os campos vivem em permanente conflito entre indivíduos e grupos dominantes sempre procurando defender seus privilégios em face do inconformismo dos demais indivíduos e grupos (THIRY-CHERQUES, 2006).

...A conotação que como espaço social, isto é, como estrutura de relações gerada pela distribuição de diferentes espécies de capital, todo campo pode ser dividido em regiões menores, os subcampos, que se comportam da mesma forma que os campos. A dinâmica dos campos e dos subcampos é dada pela luta das classes sociais, na tentativa de modificar a sua estrutura, isto é, na tentativa de alterar o princípio hierárquico (econômico, cultural, simbólico...) das posições internas ao campo. As classes ou frações sociais dominantes são aquelas que impõem a sua espécie de capital como princípio de hierarquização do campo. Não se trata, no entanto, de uma luta meramente política (o campo político é um campo como os outros), mas de uma luta, a maioria das vezes

inconsciente, pelo poder. O campo do poder é uma espécie de "metacampo" que regula as lutas em todos os campos e subcampos. A sua configuração determina, em cada momento, a estrutura de posições, alianças e oposições, tanto internas ao campo, quanto entre agentes e instituições do campo com agentes e instituições externos (THIRY-CHERQUES, 2006:40).

A identidade é própria e se constitui na hibridização, no movimento de articulação, nunca em uma forma acabada, completa, mas sempre provisória, tendo em vista os vários encontros que causam choque entre as culturas. Neste sentido, podemos analisar que todo o processo hegemônico na forma de pensar o outro, reproduzido pela ciência e pelo poder, foi atribuído nas figuras do caboclo, do índio e do camponês que tiveram as suas culturas desconsideradas, seus modos de vida, suas tradições, e, inexoravelmente lhes foi atribuído um sentido pejorativo, do inferior, do feio, do mal educado, do não civilizado, do interiorano.

É preciso fazer um esforço teórico no sentido de entender o que seja o trânsito entre espaço e tempo se cruzando para produzir figuras complexas de diferenças e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão (BHABHA, 1998). É preciso pensar esta identidade do ribeirinho não como uma etapa substituinte da modernidade, mas como um processo criador de reflexões a partir das essencializações que foram criadas pela própria modernidade, e que, portanto, precisam ser questionadas (CANCLINI, 2006).

Tais considerações nos levam a concluir que a formação de uma identidade é um jogo de conexões com o desejo de marcar a diferença, que é sustentada pela exclusão e legitimada por meio de símbolos sinalizadores da diversidade. Portanto a minha identidade é aquilo que ela não é, ou pode ser em parte, ou seja, toda identidade é relacional, pois depende de autonomia para manter a sua existência e de algo fora dela para que possa impor a diferença.

Quanto à estrutura das cidades, as aglomerações, ou seja, as cidades ribeirinhas, na sua maior parte são de pequeno porte, mas se configuram como importantes, haja vista as relações econômicas, culturais e sociais que estabelecem, e que são entrelaçadas pelo emaranhado curso das águas, que formam essas bacias hidrográficas organizadas a partir do principal rio da região que é o Amazonas (CASTRO, 2004).

Neste sentido, localizar-se na margem do rio é um primeiro fator para a identificação do que seja um ribeirinho e uma cidade ribeirinha. Partindo desse princípio, definir as cidades ribeirinhas para além da paisagem, da estética, pressupõe levar em conta outros elementos que consideram a relação delas com seus respectivos entornos e entre si. "É nesse sentido que podemos falar, no caso Amazônico, de cidades da floresta e de cidades na floresta" (TRINDADE JR., 2010; TRINDADE JÚNIOR et al., 2011).

Segundo Vidal (2008), a vida diante dos rios expressa um conjunto de simbologias e signos presentes na vida de quem se relaciona com suas águas, mas não somente este fator é determinante. Portanto, o que identifica o ribeirinho não é apenas viver nas margens dos rios ou morar nas várzeas distantes dos centros das grandes cidades, mas toda uma simbologia de signos presentes naquele contexto.

O melhor destino que possam ter as populações tradicionais não está atrelado apenas às políticas governamentais, mas depende do respeito ao seu arcabouço cultural, à sua memória, à

mistura de símbolos e signos providos por diversas etnias locais. São as práticas e os modos de vidas permeados pelas águas doces dos rios que garantem a cultura viva da comunidade.

Na Amazônia paraense, ainda que sejam consideradas as grandes mudanças no seu território, o debate nas últimas décadas se concentrou no processo de ocupação, nos conflitos em terras indígenas, no avanço da fronteira, na ecologia, no desenvolvimento sustentável, no desmatamento, etc. Muito pouco é dedicado ao comportamento sociocultural das populações tradicionais, suas formas de vida, práticas sociais e meios de subsistência.

Burón (2003), já alertava para o desenvolvimento econômico dos últimos anos e as obras de infraestrutura nas grandes cidades de fato poderão produzir desastres de consequências catastróficas para as comunidades. Entretanto, os riscos e as ameaças a uma região ou a um país que podem comprometer a sobrevivência das pessoas dependem da vulnerabilidade a que estas pessoas estão expostas.

Lembrando do que está por trás de todo o processo de industrialização e do consumo das nações, o aquecimento global vive dilemas e paradoxos entre colocar em prática as ações cotidianas capazes de apontar saídas para este quadro de desconfiança, ou esperar as ações deliberadas e abstratas sobre os efeitos do clima.

Diante desse modelo de crescimento econômico e de desenvolvimento social, os diferentes grupos sociais têm se organizado no sentido de conviver com as mudanças estruturais engendradas pelo capital e pelo efeito da globalização. Esta perspectiva é pensada diante de estratégias de sobrevivência considerando as diversas variáveis que têm interferido no modo de viver das populações tradicionais.

De outro modo, continua sendo difícil mensurar todas as variáveis que produzem as alterações climáticas do planeta, dificultando por sua vez a previsibilidade, principalmente na Amazônia, que detém a maior parte da cobertura verde do planeta.

Para o ribeirinho da cidade, tem muita coisa em jogo nesta transumância, ou seja, nos deslocamentos sazonais em virtude de constrangimentos ambientais, a exemplo das cheias que acontecem na Amazônia, proporciona aos ribeirinhos a possibilidade de manter a tradição de estar perto dos rios contemplando a natureza, a prática da pesca, de resistir e preservar a sua cultura e a natureza, além do singelo propósito de preservar o sentido de ser um ribeirinho da Amazônia.

As transformações e as mudanças sofridas nestes países nas últimas décadas têm sido o sinal de alerta para se pensar em planejamentos e políticas públicas que sejam capazes de neutralizar tais ações deletérias.

Uma das críticas às "sociedades modernas" é sua incapacidade de considerar, a longo prazo, os impactos ambientais prejudiciais ao seu desenvolvimento econômico e ao crescimento da população, sendo incapazes de prever o potencial catastrófico de sistemas complexos. Também são constatadas sociedades modernas que criaram os seus "*welfare states*" para proteger suas populações contra os piores efeitos do desemprego estrutural, contra acidentes e

doenças, contra os problemas econômicos e para propiciar um melhor envelhecimento. Diferentemente, existem aquelas que praticam o mais puro *laissez-faire*¹ (Barton, 2005:132).

No caso da Amazônia paraense, a dimensão social da questão dos ribeirinhos, na percepção de ameaças e vulnerabilidades, está no fato de eles terem de se deslocar temporariamente para fugir das cheias dos rios, devido às doenças a que ficam então expostos. Além desse aspecto, existe a ameaça de picadas de insetos que podem transmitir doenças tropicais características nesta parte da Amazônia, como febre amarela, malária, dengue, entre outras.

O dilema entre viver ou não na cidade só tem aumentado a vulnerabilidade desses grupos. Sem escolha, a decisão de ficar no seu próprio espaço tem levado a diversos problemas socioambientais.

Compreende-se que há um dilema do ribeirinho que vive nas áreas urbanizadas da cidade. Se, de um lado, ele tem a possibilidade de desenvolver a prática da pesca artesanal, mesmo que em proporções tímidas, para sua subsistência, de outro, ele terá que conviver com a poluição dos rios e com o adensamento populacional. Na cidade, grande quantidade de dejetos é despejada todos os dias, como resíduos sólidos, líquidos, orgânicos e inorgânicos, sem nenhum tratamento.

O ribeirinho acabou incorporando práticas, como por exemplo ir ao banco, realizar a feira da semana, ir ao trabalho, ir à igreja, etc. De outro lado, enaltece o fetiche pela natureza, que visa a contemplação dos rios, a pesca, a vida compartilhada em grupo no momento das manifestações socioculturais. A vida híbrida do ribeirinho tem demonstrado algumas discrepâncias difíceis de serem pensadas e calculadas ao longo de décadas de ocupação.

De qualquer forma, a responsabilidade ambiental dos ribeirinhos do município de Marabá é dividida entre os diferentes segmentos sociais que poluem o espaço ocupado. Na cidade, o espaço segmentado é dissipado entre as residências, os estabelecimentos comerciais, o mercado de carne e peixe, as instituições públicas e privadas, os camelôs-vendedores, os ribeirinhos, os transeuntes, etc.

Entretanto, a pobreza, a desigualdade social, o baixo índice de desenvolvimento social, a ausência de infraestrutura adequada aos meios de vida de ribeirinhos têm sido determinantes para definir o fosso entre os incluídos e os excluídos socialmente, tanto em relação aos espaços ocupados de melhor e maior valor no mercado imobiliário, como em relação aos que podem ter acesso às melhores condições de vida social. Daí se concluir que a Amazônia continua sendo o celeiro de recursos naturais a serviço do capital.

A extensão da precariedade do saneamento básico, da coleta e armazenamento do lixo e do tratamento da água potável revela alguns dos problemas graves vividos pela população Amazônica. Esses problemas acabam interferindo no meio ambiente e na vida social. O poder público tem se dedicado muito pouco às dimensões deletérias e seus efeitos sociais em diferentes grupos.

¹ No qual a dinâmica do mercado extrapola a economia interferindo em outros aspectos da sociedade, inclusive no que se refere às questões socioambientais.

O discurso produzido nos leva a pensar que a condição de vulnerabilidade é de total iniciativa de quem está em uma área que pode sofrer algum tipo de constrangimento ambiental, a exemplo do discurso produzido pelo Estado ao dizer que é sabido por parte dos ribeirinhos que estão em áreas de risco. Ao contrário, a vulnerabilização é circunstanciada a uma situação de maior “controle” por parte dos ribeirinhos ou de outros grupos sociais. Entretanto, esses grupos teriam a capacidade de interpretar os fatores de ameaças fazendo ajustes para novas estratégias, mesmo admitindo que haja desorganização na rotina e no modo de vida desses grupos, a exemplo dos ribeirinhos da Amazônia, acostumados com a sazonalidade das águas dos rios.

Na Europa, a transumância surgida do movimento sazonal do gado resultava numa utilização racional, em termos ambientais, de dois ecossistemas separados no mesmo espaço, permitindo uma regeneração desses ecossistemas e a fertilização dos campos de cultivo através do estrume deixados pelo gado. Existia ainda a presença de aves necrófagas e de mamíferos carnívoros selvagens, que atuavam como verdadeiros “sanitaristas do ambiente”, aproveitando-se dos cadáveres dos animais que morriam ao longo dos percursos (MORAIS, 1998).

Podemos também dizer que os deslocamentos do ribeirinho são migrações pendulares. A necessidade de se deslocar é estratégia permanente de sobrevivência criada em consequência da falta de estrutura da cidade, em virtude do desordenamento urbano, pela carência de planejamentos públicos na época das chuvas, pelas condições econômicas adversas, etc.

As ocupações desordenadas têm se constituído em outro fator social grave, tornando-se palcos de grandes conflitos sociais e provocando consequências negativas sobre o meio ambiente e a saúde da população. A complexidade dessa situação reside, sobretudo, no fato de que, no plano político, as ocupações desordenadas são consequências da falta de políticas públicas coordenadas entre si e da ineficiência das medidas adotadas pelo setor ao longo dos anos; paliativas, essas medidas têm contribuído para os bolsões de pobreza e miséria em torno de muitos municípios na Amazônia paraense.

A concepção dominante do que venha a ser o “meio ambiente” é muito pouco sensível às dimensões sociais dos problemas gerados aos grupos mais expostos, considerando que o que prevalece é o processo produtivo. Neste sentido, a questão ambiental costuma ser meramente técnica, alheia a qualquer discussão sobre os efeitos danosos aos grupos sociais. Isto porque, desde 1990, a difusão do neoliberalismo tem como princípio defender que todas as decisões tomadas pelo mercado se realizariam sempre com o máximo de racionalidade, de modo que o mercado, diante dos danos ambientais causados a países, regiões ou grupos sociais mais pobres, elevaria sua eficiência no sentido de produzir racionalmente novas tecnologias mais limpas com o objetivo de beneficiar, principalmente, os mais pobres (Acseirad; Mello; Bezerra, 2009).

O esforço teórico para compatibilizar a questão ambiental com o pensamento desenvolvimentista e economicista ocorre coincidentemente no período áureo do pensamento neoliberal em escala global. Os ajustes estruturais das grandes potências foram impostos a todas as economias periféricas do mundo capitalista em uma operação chamada de *Bretton Woods*², cujo

² Conhecido como “Acordos de Bretton Woods”, ocorrido em julho de 1944 entre 45 países aliados, no estado de New Hampshire, após a Segunda Guerra Mundial, quando foi acordado que os Estados Unidos seriam os favorecidos, quando foi

princípio básico era difundir os programas de estabilização macroeconômica, liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais (Acselrad; Mello; Bezerra, (2009); Baruco, (2005).

Os estudos sobre os impasses socioambientais contemporâneos requerem uma análise histórica das relações sociais de produção responsáveis pela apropriação e reprodução de determinados padrões de consumo e exploração dos recursos naturais, os quais são mediados pelos processos ecológicos, considerando que o arcabouço teórico da economia neoclássica considera para sua análise apenas o que será explorado e consumido (Leff, 2008).

Também é importante ressaltar que, os constrangimentos ambientais, mesmo de forma temporária, com a subida dos rios, tem levado os ribeirinhos a elaborar estratégias de sobrevivência enquanto esperavam a vazante dos rios; neste momento eles buscam conviver com o fenômeno da cheias, mesmo em condições adversas.

Todos os relatos disponíveis mostram que os moradores tinham uma familiaridade com o problema das enchentes e conseguiram estabelecer um convívio com o mesmo ao longo dos anos. As enchentes vinham de forma gradual e os moradores sabiam o momento em que se fazia necessário deixar a habitação e ir para outro local, geralmente o bairro Amapá, do outro lado do rio Itacaiúnas. A forma rústica das construções e a simplicidade das mesmas, no que dizia respeito aos utensílios domésticos disponíveis, permitiam a retirada rápida para outros locais e a reconstrução também rápida das habitações depois das águas baixarem (ALMEIDA, 2009, p. 174-175).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos a nossa análise sobre a dinâmica do mundo rural no século XXI, a partir das interpretações teóricas de diversos autores, afirmando que o rural está assumindo novas características no Brasil, mas não é o seu fim, e nem tão pouco há uma tendência de esvaziamento do mundo rural. É preciso termos capacidade crítica para entender as novas sociabilidades e complexidades presentes entre o campo e a cidade.

Diferentemente do Brasil, o modelo cultural Francês privilegiou manter o espaço rural como modelo de ocupação a partir de uma política Estatal, mesmo se considerarmos que neste País, semelhante ao Brasil, há uma constatação da queda de mão-de-obra ocupada na agricultura no decorrer dos últimos anos e consequente crescimento do emprego não agrícola no meio rural. Entretanto, a diferença é que no Brasil, ao contrário, as políticas públicas pós 1964, incentivaram a especulação sobre a terra, o grande latifúndio, a empresa agropecuária, o extrativismo mineral com significativos incentivos fiscais.

Outra conclusão a que chegamos diz respeito à ausência de estudos que interacionem o rural com o urbano como fenômenos culturais. Neste sentido, as pesquisas deveriam interrogar sobre os sentidos que os atores sociais atribuem a determinados comportamentos do mundo rural, ou seja, este olhar sobre o rural deve considerar as representações sociais e simbólicas, o local, a cultura, as relações sociais, a identidade dos atores sociais, como uma categoria de pensamento de várias interfaces (política, ideológica, cultural e socioeconômica).

Outro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito à ideia de que os ribeirinhos da cidade estabelecem uma relação cultural com os rios da região tanto quanto os ribeirinhos das várzeas. Durante muito tempo, a literatura científica deu pouca notoriedade aos ribeirinhos da cidade, talvez porque quisesse considerar que o espaço da cidade fosse o espaço da disputa de diversos segmentos ligados apenas ao interesse do grande capital, sem que houvesse espaço para se compreender a necessidade daqueles que vivem na cidade a partir de modos de vida tradicionais e com bases culturais já estabelecidas há milhões de anos pelos povos amazônicos de diferentes etnias que por lá já estavam.

O primeiro passo seria reconhecê-los como detentores de saberes e práticas semelhantes àqueles dos ribeirinhos das várzeas. Portanto, o aspecto cultural se confirma por praticarem a pesca artesanal e desenvolverem seus rituais religiosos e festividades nas margens dos rios, e nesse sentido, reproduzem ainda hoje seus modos de vida tradicionais.

Portanto, compreender a dinâmica do ribeirinho que vive na Amazônia é entender que a cultura do ribeirinho está em constante movimento. A cultura da terra e a cultura das águas são laços inerentes de quem vive na Amazônia. Isto acontece devido ao território estar em constante transformação, pois depende das cheias e vazantes, e é por isso que o ribeirinho sempre ganha e perde território.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, **Gustavo das Neves**. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: **garamont**, 2009.

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob os impactos dos projetos governamentais (1970-2000)**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 167-188, jul./ dez. 2009.

BALSADI, O.V. Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90. Dissertação de Mestrado. Campinas, IE/Unicamp, 2000.

_____. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**, São Paulo Perspec. vol.15 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2001.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **Do consenso Keynesiano ao Pós-consenso de Washington**. Uberlândia-MG:UFU, 2005 (Dissertação de Mestrado).

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad Myrian ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BARTON, Allen. Desastre e stress coletivo. In: Quarantelli, E.L.; Perry, Ronald W. (org). **Whats is a disasters? New answers to old questions**, 2005. Vol.4; P.125-152.
<http://www.saarcsadkn.org/downloads/whatidisaster.pdf>. Acessado em 13/09/2011.

BODSON, D. **Lês Villageois**. Paris: L'Harmattan, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction**. Paris: Ed. de Minuit, 1979.

BURÓN, Carlos Lhane. **Los desastes nunca serán naturales**. Boletim Del Instituto de La vivienda, mayo, ano/vol.18, numero 047. Universidad de Chile, Santiago, Chile, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CARNEIRO, M. J. O rural como categoria de pensamento. **Ruris**, 2008, v. 2, n. 1, p. 9-38.

CASTELL, R. **Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat**. Paris: Fayard, 1995.

CASTRO, Edna Maria de Ramos de, (Org.) et al. In: **estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico**. Belém: UFPA-NAEA, 2004. (RELATÓRIO do Projeto MEGAM).

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.

DEL GROSSI, M.E. Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995. Tese de Doutorado. Campinas, IE/Unicamp, 1999.

DIEGUES, A.C & ARRUDA, R. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, 2001.

DIEGUES, A.C (Org) **Povos e águas**. NUPAUB – USP. 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. In: RIBEIRO, Wagner Costa (org). **Governança da água no Brasil – uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume; FAPESP; CNPq, 2009.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

GARCIA JR, A. Sujeitos e Libertos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1988, n. 7, v. 3, p. 05-41.

_____. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 19, outubro, 2002, p. 40-71.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

_____. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Thopson, Kenneth. Media and Culture Regulation**. London: 1997. Tradução de Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa.

JURANDIR, Dalcídio. **Três casas e um rio**. Belém: CEJUP, 1994.

KAYSER, B. **La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: vozes, 2009 (Coleção Educação Ambiental).

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

_____. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes.** Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: cortez, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Revolução urbana.** (1970) Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Obras reunidas**, volume 4. São Paulo: escrituras editora, 2000.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; ARAGÃO PINTO, Jax Nildo. **A questão fundiária na Amazônia.** *Estudos avançados* 19 (54), 2005.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária – o impossível diálogo.** São Paulo: Edusp, 2000, 173 p.

_____. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 3ª edição, São Paulo: hucitec, 1991.

_____. **Caminhada no chão da noite:** emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MASSEY, D. **Making spaces, or, geography is political too.** New York: Soundings, 1995, p. 193-208.

MORAIS, J. A. David de. **Transumância de gados serranos e o Alentejo. Coleção. “Novos estudos Eborenses”:** 3. Câmara Municipal de Évora, Évora, 1998.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais.** Brasília: CDS/UNB, 2000.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NOVA Cartografia Social da Amazônia. **Movimento dos ribeirinhos e ribeirinhas das ilhas e várzeas de Abaetetuba – MORIVA** (Este fascículo foi produto das oficinas do PNCSA realizadas no município de Abaetetuba nos dias 19 de abril, 10 de maio e 18 de outubro do ano de 2008 e 14 de fevereiro do ano de 2009. In: Tema: Ser Ribeirinho e Ribeirinha.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da costa. (Orgs) **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008. 218 P.

PEREIRA, Ailton dos Reis. **Conflitos de terra e violência no sul do Pará (1975-1990),** (X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: história e política, Recife, 26 a 30 de abril 2010).

PINTO, N. G. M. et al. O desenvolvimento rural no Brasil: uma análise das evidências empíricas. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 194, 2014.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5ª ed. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SCOTT, J. W. A Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História.** N.16. São Paulo: PUC, 1998. p.297-325.

SOUZA Jorge Alex de Almeida. **A espacialidade de uma Amazônia ribeirinha face ao urbano: o exemplo de São Domingos do Capim (PA) e o desenvolvimento do turismo, turismo em análise,** v.20, n.1, abril 2009.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Rio de Janeiro Jan./Feb. 2006. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. Rev. Adm. Pública vol. 40 nº 1. Site: <http://dx.doi.org>. Acessado em 10 de set de 2014.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais**. Revista Humanitas, Belém, v. 18, n. 2, p. 135-148, jun. 2002.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa. (Orgs) **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. 218 P.

TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro et al. **Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências. A Jusante do rio Tocantins**. ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. Pp.117-133.

VIDAL, Elizabete de Lemos. **Memórias de rios e de lagos na construção romanesca: Leitura de narrativas da Amazônia paraense**. UFRN. Natal-RN, 2008 (Tese de Doutorado).

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, outubro 2000, p. 87-145.

WITKOSKI, Antônio Carlos; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; MIGUEZ, Sâmia Feitosa. **O saber local e os caboclos ribeirinhos em comunidades Amazônicas**. Brasília, 2006. (II Encontro da ANPPAS de 23 a 26 de maio de 2006. www.anppas.org.br/encontro anual. Acessado em 9/9/2014.

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**: EDUA, 2007 (Série Amazônia – a terra e o homem).